

Guiné: uma visão particular

Li com grande interesse o número de março de 1986 de sua revista. Chamou-me a atenção sobretudo o artigo de Edward Jaycox — África: desafios do desenvolvimento e a reação do Banco Mundial. O Programa Conjunto de Ação do Banco Mundial tem os mesmos objetivos que eu proponho para o meu país.

Após 26 anos de independência, o crescimento econômico previsto para a Guiné não se concretizou; o outrora dinâmico setor agrícola privado retraiu-se no autoconsumo; o sistema educacional tornou-se um pesado ônus; a política de preços antiinflacionária e a expansão inflacionária do crédito ao setor público tornaram as taxas de câmbio cada vez mais artificiais e desencorajaram as exportações e a substituição de importações; por último, as falhas no planejamento e na programação dos investimentos acarretaram deficiências na alocação de recursos que, juntamente com os resultados medíocres alcançados na mobilização da poupança interna, redundaram na acumulação da dívida externa.

Dado o tamanho da população rural da Guiné (de 70 a 80%), uma política agrícola progressista deve promover a auto-suficiência em alimentos antes de se preocupar com a obtenção de divisas através de safras exportáveis. A agricultura em pequena escala tem sido tão esquecida nos últimos anos que se torna muito difícil revitalizar a produção e sobretudo as exportações. A curto prazo, a Guiné deve reformar seu sis-

tema de incentivos (tanto internos como externos) e, a longo prazo, introduzir medidas estruturais que possibilitem aumentar a produtividade, melhorar a qualidade dos produtos e criar canais de distribuição eficazes e mercados externos.

Almany Ibrahima Seck
Praga, Tchecoslováquia

Agricultura nigeriana

Interessou-me bastante o artigo de Shlomo Reutlinger no número de dezembro de 1985 — Segurança alimentar e pobreza nos PMD. Minha pesquisa para a faculdade revelou que os pequenos produtores rurais nigerianos (que dominam o setor agrícola) produzem pouco além do necessário para sustentar suas famílias; devido à sua orientação e capacidade, é praticamente impossível para os agricultores aumentarem a produção de alimentos além de certos níveis.

Nos dois últimos anos, a Nigéria registrou um aumento notável na produção agrícola global, mas isso se deveu antes ao maior número de trabalhadores empregados — subtraídos aos setores industrial e comercial — do que a um aumento dos níveis de produção por agricultor. Isso é tudo menos um fato positivo, pois a relação entre esses setores da economia deveria ser ao contrário, supondo-se o progresso do setor agrícola.

Os subsídios não funcionaram na Nigéria basicamente por causa da corrupção e porque

o analfabetismo e a ignorância limitaram a capacidade da população rural de aproveitar as oportunidades ao seu alcance.

U. Chinedum Nwajiuba
Nsu, Nigéria

Coordenando a coordenação da ajuda

Causou-me enorme satisfação a leitura do estimulante artigo de Robert Cassen — A eficácia da ajuda (*Finanças e Desenvolvimento*, 6 (1): 11-4, mar. 1986) e só posso concordar com seu apelo no sentido de uma coordenação maior de doadores no trato com determinados países.

Contudo, o mesmo apelo vem sendo feito há vários anos por escritórios de planejamento central em todo o mundo em desenvolvimento, sem que quaisquer medidas concretas fossem tomadas pelas agências de ajuda; entretanto, o problema da coordenação dos doadores tornou-se mais agudo.

Um primeiro passo para superar o problema seria a incorporação explícita, a todos os relatórios sobre avaliação de projetos, de uma parte dedicada às intervenções de outras agências no setor ou campo particular a que o projeto em questão diz respeito. A mera relação de seus investimentos anteriores no país (raramente com uma análise objetiva de seu impacto) — procedimento adotado na maioria dos relatórios sobre avaliação de projetos

— não é suficiente. Isso pouco contribui para chamar a atenção do doador ou do recebedor para a necessidade de coordenar as intervenções das agências de ajuda.

Caso não sejam tomadas medidas nesse sentido, o aumento da eficácia da ajuda, que se tornou justamente a principal preocupação tanto das agências dos doadores quanto dos países recebedores, continuará sendo uma esperança ilusória.

M.H. Fowler
Oxford, Inglaterra

No número de março, Robert Cassen observa que a troca de informação sobre as causas do êxito ou fracasso dos projetos de ajuda tem sido inadequada dentro das agências e mais ainda entre elas.

Como explicar esse silêncio? Dir-se-ia que os países industrializados se abstêm de fornecer informações sobre os fracassos a fim de não criar obstáculos a outras agências que desejam canalizar sua ajuda na mesma direção. A infeliz experiência de meu país com a educação televisionada justifica essa opinião. Antes da Costa do Marfim, países desenvolvidos haviam fracassado nessa área. Mas isso não impediu as agências de ajuda de encorajarem este país de modestos recursos a aventurar-se no campo da educação televisionada. Aplicaram-se quantias consideráveis e o resultado foi no mínimo catastrófico: caiu o nível do ensino. Agora as autoridades resolveram desistir. Que desperdício!

Embora o silêncio dos doadores se justifique pela preservação de seus interesses, é difícil entender o silêncio dos países receptores. O silêncio entre eles é condenável e compreensível. Um país que recebe ajuda externa deveria, antes de se comprometer, tomar conhecimento da experiência de outros países. Deve-se confiar nas próprias forças. Concordo com Machado: não há caminho — o caminho se faz ao caminhar.

Maf Kassi
Abidjã, Costa do Marfim

Lucros do petróleo

Em seu artigo O tumulto dos preços do petróleo (junho de 1986), Jahangir Amuzegar afirma com razão que os preços do petróleo nunca estiveram livres da gestão do mer-

cado. Por 30 anos, após a II Guerra Mundial, o petróleo cru permaneceu estável, por volta de US\$2 o barril. Custando apenas alguns centavos de dólar para ser produzido, o petróleo cru do Oriente Médio proporcionou às multinacionais enormes lucros através de sua frota de petroleiros; elas pagavam pouco imposto tanto ao país exportador quanto ao importador.

A OPEP mudou pouca coisa para o consumidor. Os lucros isentos de impostos das multinacionais se transformaram nos tributos excessivos dos países produtores. Mesmo em áreas de alto custo, como o mar do Norte, a parte do governo ultrapassava 85% de cada barril produzido.

Um mercado totalmente livre para a determinação do preço do petróleo faria com que ele ficasse abaixo dos atuais US\$10 e ainda cobriria os custos, proporcionando lucros moderados às empresas e uma receita razoável aos governos.

T.M. Lillico
Maiorca, Espanha

Jahangir Amuzegar responde:

O argumento de T.M. Lillico, de que o preço do petróleo determinado em um "mercado livre" ficaria abaixo de US\$10 o barril e beneficiaria os consumidores, pode ser válido em duas circunstâncias (improváveis). Primeiro, se os governos não aumentassem os impostos sobre o consumo de petróleo, seja por motivos fiscais ou protecionistas. Segundo, se a queda do preço do petróleo se desse enquanto outras coisas permanecessem as mesmas.

Contudo, a experiência passada e as perspectivas atuais não nos dão essa garantia. O petróleo cotado a menos de US\$10 o barril provavelmente levaria a uma taxa de importação do produto nos EUA e forneceria uma oportunidade única para um aumento dos impostos sobre a gasolina em toda parte. O petróleo barato pode também ocasionar um aumento temporário do poder de compra dos consumidores. Mas isso se daria à custa de graves perturbações sócio-econômicas e políticas, e à custa das gerações futuras, que talvez tenham de pagar preços muito mais altos pela energia.

Aliás, os "enormes lucros" das multinacionais não provieram de suas "frotas de petroleiros", como alega o leitor. Os lucros resultaram de hábeis acordos concessionários com os países anfitriões; de operações verticalmente integradas (das quais os pe-

tróleiros eram apenas uma pequena parte); e também de uma bem protegida congregação oligopolista sancionada pelos principais governos.

Por que a África não pode privatizar?

Li com interesse o artigo de Samuel Paul sobre privatização (dezembro de 1985). Mas parece que o autor se esqueceu inteiramente de alguns países em desenvolvimento da África, sobretudo aqueles onde há problemas de desemprego. Em qualquer um deles, a privatização levará ao corte de despesas, agravando assim o desemprego. Além disso, muitos países africanos compreendem vários grupos étnicos que na certa reclamariam um critério geográfico na distribuição das indústrias privatizadas. Onde isso não for feito haverá descontentamento na administração dessas indústrias, frustrando assim a eficiência pretendida.

Sam Oniah
Enugu, Nigéria

Três bases para o desenvolvimento

Os países da África, tidos como os menos adiantados do mundo, dispõem de três instituições que podem acelerar o processo de desenvolvimento e crescimento: a) as forças armadas, que podem fornecer apoio a programas infra-estruturais; b) as universidades, que devem criar *know-how* e inovações, formando empresários e especialistas em cada disciplina; c) os bancos centrais. V.V. Bhatt, em seu artigo Aperfeiçoando a estrutura financeira nos PED (junho de 1986), concorda que os bancos centrais não podem se limitar ao seu papel regulador. Eles devem manter um sistema financeiro ligado ao desenvolvimento de empresas.

Sem essas organizações essenciais — o banco central, as forças armadas e a universidade — a sociedade não pode sustentar o crescimento através da acumulação constante de capital, e o efeito da assistência internacional sobre o desenvolvimento humano só pode ser deturpado.

Mohammed Tahy Condé
Evry, França

Cartas ao Editor

Lembramos aos leitores que somente as cartas endereçadas ao Editor são passíveis de publicação.